EJE 4

REFORMAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO (1920-1950)

Margarita Victoria Rodríguez
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
poroyan@uol.com.br

Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
silvia.brito@ufms.br

Maria Angélica Cardoso
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
maria.cardoso@ufms.br

No final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, o Brasil intensificou o processo de alinhamento e organização do aparelho estatal, como resultante da expansão e adequação do país aos condicionamentos do capitalismo monopolista,visando assim atender as determinações da nova divisão internacional do trabalho. Como consequência desta base material, se implementaram no país uma série de reformas institucionais que procuraram modernizar as relações de produção, bem como introduzir inovações pedagógicas e reestruturar o sistema educativo para satisfazer as novas demandas da sociedade, visando expandir o ensino primário e superar as assimetrias, dado que a educação ainda era um privilégio destinado a uma parcela pequena da população. Neste sentido, o presente artigo tem como objeto as reformas educacionais ocorridas em Mato Grosso, estado situado na região Centro-Oeste do Brasil, que se voltaram para o ensino primário na região. Para tal, faz-se necessário analisar as reformas da educação pública primária instituídas no Brasil desde os anos 1920 até os anos 1950, bem comosuas repercussões na estrutura organizacional e no processo de institucionalização do ensino primário em Mato Grosso, verificando a relação existente entre as políticas nacionais de educação e seus desdobramentos regionais. Para tanto, a investigação baseia-se na coleta e análise de fontes tais como as normas legais (regulamentos e regimentos), além dos relatórios dos inspetores e dos governadores, levantados em arquivos públicos e particulares. Com a finalidade de indagar sobre as condições sociais, políticas e econômicas que permearam as reformas que se materializam na política educacional em Mato Grosso, será utilizada também a bibliografia secundária já produzida sobre a questão. Assim, abordando de forma comparativa os regulamentos voltados para a organização da educação pública do Estado de Mato Grosso dos anosde 1910, 1927 e 1953, evidencia-se que houve nas propostas de reformas educativas do estado uma sintonia com os ideais de educação republicana, fundamentados na educação laica, gratuita e obrigatória, dado que foram incorporados na legislação os princípios e modelos educativos praticados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerias,considerados como cânones

de progresso na organização e atualização curricular.Ressalte-se ainda a influência das concepções pedagógicas de origem escolanovista, que se veicularam mediante publicações de livros e textos escolares, bem como a contratação de professores paulistas e mineiros para a direção das reformas. Apesar do discurso expresso na legislação e mensagem dos governadores, o processo de implantação e expansão das escolas primárias foi paulatino, ocorreu nas principais cidades, vinculando-se às mudanças econômicasproduzidas pelaexpansão da pecuária, propagação do comércio, criação e expansão das linhas férreas, processos estes que impulsaram um movimento migratório significativo para a região.Dessa forma, apesar da ênfase discursiva na modernização da educação, considerada como redentora e civilizatória da população brasileira, se constata que o Estado enfrentou dificuldades para concretizar as reformas, dado que não se destinaram os recursos suficientes para tal empreendimento, junto a ausência de docentes capacitados, falta de material didático, e uma população escolar que ainda se concentrava no campo.